



Anais da Assembléia

Nº 111

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 164ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1975 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Trajano Bastos.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos Srs. Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Domício Scaramella, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli, e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 152/75, Veto aposto ao Projeto de Lei nº 41/74, de autoria do ex-Deputado Aryzone Mendes de Araujo, que autoriza o Poder Executivo construir prédio destinado ao Funcionamento do Centro de Saúde da cidade de Francisco Beltrão. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto. — Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto e mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 25, quinta-feira, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 59/75.
Levanta-se a Sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 165ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1975 (Quarta-Feira).

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Leopoldo Jacomel.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos Srs. Depu-

tados: Paulo Camargo, Del Ciel, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes (47); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Domício Scaramella, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacli e Otássio Pereira (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem nº 51/75

Curitiba, 4 de setembro de 1975

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tenho a honra de transmitir à elevada apreciação dessa Egrégia Assembléia Legislativa o anexo projeto de lei referente à proposta do Orçamento Plurianual de Investimento do Estado, para o triênio 1976/78, em cumprimento ao disposto no Parágrafo único do artigo 60, combinado com o § 3º do artigo 62, da Constituição da República Federativa do Brasil (Emenda nº 1), às normas estabelecidas no Ato complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, aos artigos 31, 32 e 33 da Constituição do Estado (Emenda nº 3), e às disposições da Lei Estadual nº 5982, de 4 de agosto de 1969, alterada pela Lei 6206, de 13 de julho de 1971.

Como poderá ser percebido por Vossas Excelências, na análise do desdobramento da programação de cada órgão, o Orçamento Plurianual de Investimentos particulariza e quantifica financeiramente o programa de ação de meu Governo, definido no documento OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO, constituindo o Plano Geral, apresentado na forma que se afigurou, ou seja, precedendo o Orçamento Trienal, cujo detalhamento lhe confere inclusive uma maior especificidade e sentido prático.

Desta forma, ao compatibilizar integralmente o Orçamento Plurianual de Investimento com o Plano de Governo, acredito haver-lhe conferido o mais plena caracterização de instrumento programático, assegurando uma racional e produtiva alocação dos recursos, otimizando os resultados e retratando de modo fiel a maneira pela qual o Poder Público canaliza os meios disponíveis ou mobilizáveis para o atendimento das iniciativas prioritárias à manutenção do desenvolvimento econômico e social do

Estado. Estou dando, assim, justa e adequada resposta às expectativas e reclamos da população paranaense, para que o concorrerem de modo expressivo, a consolidação do sistema estadual de planejamento e a implantação dos demais sistemas estruturantes, todos já definitivamente institucionalizados.

Na montagem deste documento foi consideravelmente aprimorada a metodologia voltada à prévia análise, discussão das iniciativas pretendidas pelos diversos setores, com o objetivo fundamental da carrear recursos apenas às de maior prioridade e oportunidade, com vulto suficiente para propiciar, no mais curto prazo, o atingimento dos objetivos definidos. Levei também devidamente em conta as mudanças que se operam em todos os campos da atividade humana, cada vez em ritmo mais acelerado, dentro da preocupação governamental de promover a adequação estrutural e operacional dos órgãos Públicos. Por um esforço planejado, será possível integrar a ação do Setor Público, em todos os níveis, de modo a obter uma atuação verdadeiramente eficaz do Governo na aceleração do processo de desenvolvimento social e econômico do Estado.

Confiro particular destaque ao fato de que, a tônica da ação do governo ao implementar medidas modernizantes das estruturas organizacionais do setor público, implicando na geração de uma série de mecanismos indutores, traduz a filosofia de uma das minhas principais linhas de orientação, qual seja, a de reduzir substancialmente as despesas de custeio, notadamente as de caráter administrativo, liberando novos recursos para investimentos.

Plenamente convicto da capacidade realizadora da iniciativa privada, incluí na proposta um conjunto de programas destinados a apoiar, em termos de assistência técnica e financeira, o desenvolvimento do setor privado, particularmente no que se refere ao aprimoramento tecnológico e administrativo das unidades produtoras e ao desenvolvimento gerencial dos seus titulares, inclusive e especialmente no que é pertinente ao empresário rural.

Apesar das conseqüências econômicas e sociais das recentes geadas, cujos efeitos foram divulgados em pronunciamentos oficiais, diante do ânimo, entusiasmo e capacidade de trabalho do povo paranaense, estou convicto de que, não só ocorrerá a recuperação dos nossos setores de produção, como também a

economia estadual continuará apresentando o mesmo dinâmico desempenho e crescente participação no esforço nacional de desenvolvimento. Por outro lado, serão ativados plenamente os mecanismos de captação de recursos explorados convenientemente de todas as suas fontes de oportuna utilização, a fim de se manterem estáveis os índices de investimentos atingidos pelo Estado. Em conseqüência, haverá o pleno desempenho das atividades econômicas, a obtenção de melhores níveis de qualidade de vida e o amplo acesso da população aos benefícios e oportunidades sociais decorrentes do crescimento.

O programa de aplicações para o triênio, consubstanciado nesta proposição, termos financeiros, abrange um montante de Cr\$ 48.508.366.600,00 dos quais Cr\$ 31.861.397.000,00 (65,7 por cento) alocados em despesas de capital, objetivando a ampliação e consolidação do Capital Social Básico. A exemplo dos OPI anteriores e do Orçamento Plurianual de Investimentos da União, esta proposta engloba também as despesas correntes de todas as Unidades da Administração Direta e das Entidades Vinculadas que recebam transferências à conta do Tesouro, embora não decorra tal procedimento de exigência legal e sim do interesse da administração pública em acompanhar e controlar todos os empreendimentos, pois determinadas ações de importância inquestionável, verdadeiros investimentos a longo prazo, como as conduzidas nos setores da educação, saúde, e assistência, entre outras, são realizadas basicamente através de despesas correntes. Por outro lado, pareceu-me da maior conveniência a revestir o documento orçamentário de um caráter global, conferindo maior realismo e coerência às análises sobre ele procedidas.

O aumento de 79,3 por cento, verificado sobre o OPI anterior reflete diretamente a elevação dos padrões de eficiência do sistema fisco-arrecadador e menor participação das despesas de custeio no Orçamento Total. No que se refere aos recursos de outras fontes, este crescimento é resultante da eficiente atuação das Agências Oficiais de Crédito (BADEP, BANESTADO, BRDE), da maturação dos grandes projetos já desenvolvidos pelo Governo nas áreas de energia elétrica, saneamento, armazenagem e motomecanização e do aprimoramento e racionalização, dos métodos gerenciais das Empresas e Autarquias, responsáveis como se poderá notar, pela maior parcela dos investimentos realizados.

I. Recursos do Tesouro do Estado:		Cr\$ 23.207.446.000,00
Despesas Correntes	Cr\$ 14.574.926.600,00	
Despesas de Capital	Cr\$ 8.632.519.400,00	
II. Recursos de Outras Fontes:		Cr\$ 25.300.920.600,00
Despesas Correntes	Cr\$ 2.072.043.000,00	
Despesas de Capital	Cr\$ 23.228.877.600,00	
III. RESUMO		
Despesas Correntes	Cr\$ 16.646.969.600,00	
Despesas de Capital	Cr\$ 31.861.397.000,00	
TOTAL		Cr\$ 48.508.366.600,00

Com exceção da função COMUNICAÇÕES, todas as demais funções de governo apresentam substanciais elevações em relação ao OPI anterior (1975/1977), com particular destaque para Agricultura: Desenvolvimento Regional; Indústria, Comércio e Serviços; Energia e Recursos Minerais; Saúde e Saneamento; Educação e Transportes, todas com crescimento superior a 50 por cento.

Coerente com o posicionamento de que o Governo do Estado do Paraná manter-se-á ao lado da sua agricultura, apoiando-a, pode ser notado o substancial acréscimo no Orçamento da Secretaria da Agricultura, responsável pela condução da política

agrícola Estadual, que passa de Cr\$ 753.861.300,00 no triênio anterior para Cr\$ 1.249.670.350,00. Seu Orçamento Anual (Recursos do Tesouro), por outro lado, eleva-se de Cr\$ 88.018.700,00 em 1975 para Cr\$ 179.104.650,00 em 1976. Com um crescimento de 103,5 por cento. Neste momento, é possível vislumbrar a oportunidade, mediante uma adequada articulação dos fatores conhecidos e pela tecnificação dos processos produtivos, implantar no Estado a agricultura mais moderna do país.

Desta forma, na função AGRICULTURA, os investimentos e aplicações serão conduzidos de modo a melhorar os índices

de sanidade e resistência dos rebanhos e cultivares, aprimorar a estrutura de armazenagem, elevar as taxas de desfrute e incrementar a produção agrícola: objetivando melhorar o abastecimento interno, manter a crescente participação do Estado nas exportações de produtos de origem animal e vegetal e melhorar o nível de vida da população rural, para o que deverá concorrer significativamente a intensificação da pesquisa aplicada, da experimentação e da extensão rural :

Num Estado de produção basicamente agrícola, a contribuição do Setor TRANSPORTES além de ser fundamental para a melhoria da produtividade, mais racional alocação dos fatores de produção e o seu oportuno e adequado escoamento, exerce inquestionável influência na integração e desenvolvimento regional. Fora os investimentos federais, nele serão aplicados Cr\$ 6.218.472.800,00 no período 1976/78, objetivando vigorosa implementação das obras destinadas à integração das várias regiões aos corredores de exportação e à complementação das ligações inter-regionais e intermunicipais por meio de estradas alimentadoras.

Tendo em conta a conveniência de implementar medidas que redundem na elevação dos padrões de qualidade do ensino e na ampliação da oferta de oportunidades educacionais em suas diferentes formas, destinei à função respectiva Cr\$ 5.289.549.000,00. O acréscimo de 55 por cento sobre o orçamento anterior decorre em especial da incorporação de novas Unidades à rede estadual de ensino e da ativação de outras medidas voltadas à superação dos déficits qualificativos e quantitativos, ainda existentes, mas progressivamente reduzidos.

Ciente da importância do suprimento energético no processo de desenvolvimento socio-econômico e da conveniência de dinamizar as atividades de pesquisa mineral, objetivando um mais amplo aproveitamento das jazidas do solo paranaense, destinei Cr\$ 4.824.832.000,00 à função ENERGIA E RECURSOS MINERAIS, com um acréscimo de 93,7 por cento em relação ao OPI anterior. Na sua maior parte, esses recursos serão aplicados por intermédio da COPEL em empreendimentos de porte, como a Usina Hidroelétrica de Foz do Areia, Termoelétrica de Figueira, expansão do sistema de transmissão, ampliação dos sistemas de distribuição e eletrificação rural. Assim estará assegurado um atendimento compatível com o crescimento da demanda, inclusive no setor rural, no qual a energia elétrica também se constitui em importante insumo para a condução dos processos produtivos a níveis tecnologicamente mais avançados.

Darei prosseguimento ao programa de construção e reequipamento das Unidades dos Setores Justiça e Segurança, de seu remanejamento operacional e de aprimoramento qualitativo e dos seus quadros, a fim de elevar os níveis de segurança e oferecer ao povo paranaense serviços policiais cada vez mais condizentes com as suas necessidades e aspirações.

Objetivando a melhoria dos padrões sanitários da popula-

ção paranaense, em associação com o Governo Federal e Municípios, o Governo do Estado prosseguirá na implantação do Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, aplicando no triênio Cr\$ 1.348.889.300,00 do total de Cr\$ 2.740.488.800,00 alocados na Função SAÚDE E SANEAMENTO. Com imensuráveis benefícios à saúde e bem-estar, esse Plano oferecerá a população serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos compatíveis com as carências diagnosticadas. Também à conta dos recursos desta Função e, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, proceder-se-á a uma intensiva ação preventiva e promocional, objetivando a melhoria dos níveis de saúde, notadamente pela imunização e complementação alimentar.

Como coadjuvante ao atingimento dos objetivos fixados para o triênio, uma série de iniciativas serão estabelecidas, algumas das quais com a participação do Governo Federal, no sentido de promover, em atendimento aos desequilíbrios regionais, a incorporação de novas regiões ao processo de desenvolvimento. Assim, será expressiva a ação do Governo do Estado no LITORAL E ALTO RIBEIRA, REGIÃO NOROESTE, REGIÃO OESTE, REGIÃO DO ALTO E MÉDIO IGUAÇU, ALTO E MÉDIO TIBAGI e NORTE PIONEIRO E CENTRO-OESTE, na solução aos problemas peculiares de cada um. Outrossim, serão envidados esforços para consolidar os eixos industriais, cujos resultados não se restringem ao 1º plano econômico, mas se afiguram como da mais alta relevância na absorção de mão-de-obra, em parte liberada pela substituição de culturas e tecnificação da agricultura.

A tendência a crescimento pouco acentuado, que se pode verificar em determinadas funções e alguns programas de governo nos exercícios de 1977 e 1978, deve-se ao fato de haver considerado na programação apenas os recursos necessários à complementação das iniciativas em andamento ou com início previsto, ficando pendentes aquelas cujos estudos se encontram ainda em execução ou em fase de maturação.

Nos anexos integrantes do presente projeto de lei estão detalhados todos os programas de ação, segunda participação de cada Órgão, em termos de Funções. Programas, Sub-programas, Projetos e Atividades, em estrita observância às disposições da Classificação Funcional Programática, instituída pela Portaria nº 9/74 da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e atualizada pela Portaria nº 4, de 12 de março de 1975, da Subsecretaria de Orçamento e Finanças.

São estas as considerações que julguei oportunas e úteis ao judicioso exame e alto pronunciamento dessa Egrégia Assembléia Legislativa sobre o documento ora encaminhado.

Valho-me da oportunidade para reafirmar a Vossas Excelências a expressão do meu mais alto apreço.

a) JAYME CANET JÚNIOR
Governador do Estado

MENSAGEM

ANTEPROJETO DE LEI

I - OBJETIVOS E METAS DE DESENVOLVIMENTO

1.0 - O BRASIL COMO POTÊNCIA EMERGENTE E O PAPEL DO PARANÁ	5
1.1 - A PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NAS TAREFAS NACIONAIS	5
1.1.1 - Significação do II PND	5
1.1.2 - A CAPACIDADE do Paraná de Responder ao II PND	5
1.1.3 - O Apoio Federal para o Desempenho do Paraná	7
1.2 - O PARANÁ E O DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO	7
2.0 - OS OBEJTIVOS GLOBAIS E A AÇÃO DO GOVERNO	21
2.1. - OBEJTIVOS E AÇÃO NO CAMPO ECONÔMICO	25
2.1.1 - Consolidação de uma Agropecuária de Vanguarda	25
2.1.1.1 - Objetivos	25

2.1.1.2 - Programas Prioritários	26
2.1.2 - Integração e Ampliação do Setor Industrial	30
2.1.2.1 - Objetivos	30
2.1.2.2 - Programas Prioritários	34
2.1.2.2 - Programas Prioritários	34
2.1.3 - Outras Macro-Oportunidades Econômicas	36
2.1.3.1 - Os Minérios do Paraná	36
2.1.3.2 - O Complexo Petroquímico	37
2.1.3.3 - Potencial Hidroelétrico e Desenvolvimento do Paraná	37
2.1.3.4 - A Criação do Eixo Turístico do Paraná	38
2.2 - INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO	42
2.2.1 - Energia Elétrica	43
2.2.1.1 - Objetivos	43
2.2.1.2 - Programas Prioritários	43
2.2.2 - Transportes	44
2.2.2.1 - Objetivos	44
2.2.2.2 - Programação Rodoviária Prioritária	45
2.2.2.3 - Programação Ferroviária	48
2.2.2.4 - Programação Portuária	48
2.2.2.5 - Programação Aeroportuária	48
2.2.3 - Telecomunicações	49
2.2.3.1 - Objetivos	49
2.2.3.2 - Programas Prioritários	49
2.3 - OBJETIVOS E AÇÃO NO CAMPO SOCIAL	53
2.3.1 - Saúde	53
2.3.1.1 - Objetivos	53
2.3.1.2 - Programas Prioritários	53
2.3.2 - Bem-Estar Social	54
2.3.2.1 - Objetivos	54
2.3.2.2 - Programas Prioritários	54
2.3.3 - Educação e Cultura	55
2.3.3.1 - Objetivos	55
2.3.3.2 - Programas Prioritários	56
2.3.4 - Segurança Pública	58
2.3.4.1 - Objetivos	58
2.3.4.2 - Programas Prioritários	58
2.4 - OBJETIVOS E AÇÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO	62
2.4.1 - Desenvolvimento Urbano	62
2.4.1.1 - Objetivos	62
2.4.1.2 - Programas Prioritários	62
2.4.2 - Desenvolvimento Regional	64
2.4.2.1 - Objetivos	64
2.4.2.2 - Programas Prioritários	64
2.5 - OBJETIVOS E AÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO NATURAL	69
2.5.1 - A Erosão no Noroeste do Paraná	69
2.5.1.1 - Objetivos	69
2.5.1.2 - Programas Prioritários	70
2.5.2 - Utilização Racional das Florestas	70
2.5.2.1 - Objetivos	70
2.5.2.2 - Programas Prioritários	71
2.5.3 - Proteção do meio ambiente	71
2.5.3.1 - Objetivos	71
2.5.3.2 - Programas Prioritários	72
2.6 - OBJETIVOS E AÇÃO NO CAMPO INSTITUCIONAL	76
2.6.1 - O Papel da Iniciativa Privada	76
2.6.2 - O Papel do Governo	77
2.6.3 - Programa de Modernização Administrativa	77
2.6.3.1 - Objetivos	77
2.6.3.2 - Programas Prioritários	78
3.0 - RECURSOS FINANCEIROS PARA APLICAÇÕES NO PERÍODO 1975 - 1978	79
II - ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	
Resumo Geral da Despesa por Órgão	82
Resumo Geral das Despesas Correntes por Órgão	83
Resumo Geral das Despesas de Capital por Órgão	84

Resumo Geral das Despesas por Função	85
Resumo Geral das Despesas Correntes por Função	86
Resumo Geral das Despesas de Capital por função	87
Resumo Geral da Despesa por Fonte de Recurso e Aplicação	88
Resumo Geral da Despesa por Fonte de Recurso e Aplicação - Administração Direta e Sociedades de Economia Mista	89
Resumo Geral da Despesa por Fonte de Recurso e Aplicação - Autarquias, Fundações e Empresas Públicas	90
Demonstrativo Anual da Despesa por Funções, Programas e Subprogramas	91

DESPESAS POR FUNÇÕES

FUNÇÃO LEGISLATIVA

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	113
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	113

FUNÇÃO JUDICIÁRIA

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	113
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	114

FUNÇÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	115
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	115

FUNÇÃO AGRICULTURA

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	115
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	116

FUNÇÃO COMUNICAÇÕES

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	116
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	117

FUNÇÃO DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	117
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	117

FUNÇÃO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	118
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	118

FUNÇÃO EDUCAÇÃO E CULTURA

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	119
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	119

FUNÇÃO ENERGIA E RECURSOS MINERAIS

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	120
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	120

FUNÇÃO HABITAÇÃO E URBANISMO

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	121
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	121

FUNÇÃO INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	122
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	122

FUNÇÃO SAÚDE E SANEAMENTO

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	123
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	123

FUNÇÃO TRABALHO

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	124
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	124

FUNÇÃO ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	125
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	125

FUNÇÃO TRANSPORTE

Resumo Anual da Despesa por Função e Órgão	126
Consolidação da Despesa por Função, Fonte de Recursos e Aplicação	126
Resumo Anual da Despesa por Função e Programa	131
Resumo Anual da Despesa por Programa e Órgão	139
Consolidação da Despesa por Programa, Fonte de Recursos e Aplicação	155
Demonstrativo Anual da Despesa por Subprogramas	191

Consolidação da Despesa por Subprogramas, Fonte de Recursos e Aplicação	215
Consolidação Setorial por Funções	257
Demonstrativo Anual da Despesa por Projetos e Atividades	277

DESPESA POR ORGÃO DO PODER LEGISLATIVO

Assembléia Legislativa	315
Tribunal de Contas	319

DESPESA POR ORGÃO DO PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça	325
Tribunal de Alçada	328

DESPESA POR ORGÃO DO PODER EXECUTIVO

Governo do Estado	335
Secretaria de Estado do Planejamento	345
Secretaria de Estado das Finanças	367
Secretaria de Estado dos Recursos Humanos	389
Secretaria de Estado da Administração	405
Administração Geral do Estado	428
Secretaria de Estado da Educação e da Cultura	439
Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social	509
Secretaria de Estado da Segurança Pública	543
Secretaria de Estado da Justiça	565
Secretaria de Estado da Agricultura	585
Secretaria de Estado do Interior	625
Secretaria de Estado dos Transportes	645
Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio	671

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1976/1978.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, decretou e eu sanciono

a seguinte Lei:

Art. 1º — O Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1976/1978, em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 32 da Emenda Constitucional nº 3 e artigo 5º do Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969, estima, para o período, despesas de capital no valor global de Cr\$ 31.861.397.000,00 (trinta e um mil, oitocentos e sessenta e um milhões, trezentos e noventa e sete mil cruzeiros).

Art. 2º — Os recursos destinados ao financiamento das despesas de capital, estimados, no Orçamento Plurianual de Investimentos para o triênio 1976/78, são assim distribuídos:

	1.976	1.977	1.978	Cr\$ 1,00 Total do Triênio
1 — RECURSOS DO TESOUREO	2.446.175.200	2.872.092.600	3.314.251.600	8.632.519.400
Recursos Ordinários	2.092.585.200	2.438.767.600	2.752.702.100	7.284.054.900
Recursos Vinculados	353.590.000	433.325.000	561.549.500	1.348.464.500
2 — RECURSOS DE OUTRAS FONTES	6.197.793.100	7.613.027.600	9.418.056.900	23.228.877.600
T O T A L	8.643.968.300	10.485.120.200	12.732.308.500	31.861.397.000

Art. 3º — As despesas de capital, programadas com base nos recursos considerados disponíveis, à vista da previsão de despesas correntes, desdobrar-se-ão na seguinte forma:

DESPESAS POR ÓRGÃOS	1.976	1.977	1.978
1 — PODER LEGISLATIVO	9.350.000	11.200.000	10.650.000
Assembléia Legislativa	7.350.000	8.500.000	6.650.000
Tribunal de Contas	2.000.000	2.700.000	4.000.000
2 — PODER JUDICIÁRIO	28.850.000	37.896.000	35.352.000
Tribunal de Justiça	24.000.000	28.800.000	34.560.000
Tribunal de Alçada	4.850.000	9.096.000	792.000
3 — PODER EXECUTIVO	8.605.768.300	10.436.024.200	12.686.306.500
Governo do Estado	7.976.000	8.160.000	13.714.000
Secretaria de Planejamento	42.766.000	27.610.000	32.775.000
Secretaria de Finanças	5.610.189.000	6.908.670.000	8.707.095.000
Secretaria dos Recursos Humanos	36.551.000	46.268.000	55.308.500

— Secretaria da Administração	54.054.000	69.251.000	64.019.000
Administração Geral do Estado	397.616.000	456.820.000	527.740.000
Secretaria de Educação e da Cultura	298.829.000	325.227.000	348.728.000
Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social	42.730.900	42.342.100	44.576.000
Secretaria da Segurança Pública	58.000.000	78.300.000	105.684.500
Secretaria da Justiça	8.900.000	12.005.000	12.465.000
Secretaria da Agricultura	153.305.200	103.846.300	107.377.900
Secretaria do Interior	708.724.200	873.737.700	740.295.600
Secretaria dos Transportes	1.164.657.000	1.456.072.100	1.890.885.000
Secretaria da Indústria e do Comércio	21.470.000	27.715.000	35.643.000
TOTAL GERAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	8.643.968.300	10.485.120.200	12.732.308.500

Art. 4º — As despesas de capital, com recursos do Tesouro Geral do Estado, discriminadas nos anexos integrantes desta Lei, serão incluídas nos orçamentos anuais para os exercícios de 1975, 1977 e 1978.

§ 1º — No transcurso de cada exercício, as importâncias consignadas nos projetos e atividades, constantes dos Anexos, poderão ser alteradas em decorrência de créditos adicionais, abertos em conformidade com leis autorizativas.

§ 2º — Os valores referentes aos Exercícios Financeiros de 1977 e 1978, serão convenientemente ajustadas por ocasião da elaboração das Propostas do Orçamento Anual correspondente àqueles exercícios, de acordo com o comportamento do nível geral de preços.

Art. 5º — Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1976, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM 61/75

Curitiba, 12 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 62/75

Curitiba, 12 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975 pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de APUCARANA, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco" na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que, a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 63/75

Curitiba, 12 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 19 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de WENCESLAU BRAZ, objetivando a execução de melhorias no prédio onde funciona o Grupo Escolar "Dr. Sebastião Paraná" na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 65/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 27 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social e da Secretaria do Interior, com o município de SANTA IZABEL DO OESTE, objetivando a construção de prédio destinado à Unidade Sanitária na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR — Governador do Estado.

— À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 66/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins cons-

titucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e da Secretaria do Interior com o município de FLORAI, objetivando a construção na sede do referido município, de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado.

– À Comissão de Constituição e Justiça

MENSAGEM 67/75

Curitiba, 22 de setembro de 1975.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo do Convênio celebrado em 28 de agosto de 1975, pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o município de NOVA ESPERANÇA, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar “Ana Rita de Cássia” e a Escola “Eduardo de Carlos Pereira” e a Escola Normal Colegial “São Vicente de Paula” na sede do referido município,

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de estima e consideração.

a) JAYME CANET JUNIOR – Governador do Estado

– À Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 197, 198, 199, 200 e 209/75, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

178/75:

Do Sr. ex-Deputado IRIS CALDART, que declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL BENEFICIENTE DA PARÓQUIA DE SÃO CRISTÓVÃO, com sede e foro na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.704. – **Agradeça-se.**

40/75:

Do Sr. Deputado EGON PUDELL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE), da cidade de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.705. – **Agradeça-se.**

39/75:

Do Sr. Deputado EGON PUDELL, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, da cidade de Medianeira, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.706. – **Agradeça-se.**

56/75:

Do Sr. Deputado ANTONIO FACCI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA da cidade de Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.707. – **Agradeça-se.**

51/74:

Do Sr. ex-Deputado ANTONIO BELINATI, que autoriza o Poder Executivo a declarar de Utilidade Pública a SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULA, da cidade de Londrina, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.703. – **Agradeça-se.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvir o plenário, voto de pesar pelo falecimento do Sr. NOE DE FARIA NEJA, um dos mais ilustres e conceituados cidadãos do município de Ribeirão Claro.

Requer ainda, seja o voto de pesar levado ao conhecimento de seu filho, Sr. ROQUE NEJA, Vereador naquele município.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975.

a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

O extinto pertence a tradicional família de Ribeirão Claro, onde nasceu, tendo exercido o mandato de Vereador por quatro legislaturas e Delegado de Polícia por quinze anos. Falece aos 56 anos de idade, sendo merecedor de todas homenagens, pelo seu caráter ilibado e pelo seu amor às causas justas, que marcaram toda sua vida.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o plenário, o envio de ofício ao Departamento de Estradas de Rodagem (DER), solicitando providências urgentes, no sentido de serem feitos reparos urgentes na ponte sobre o rio Iguaçu, que liga a cidade de Balsa Nova ao município da Lapa.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975.

a) ADALBERTO DAROS

JUSTIFICATIVA:

A ponte sobre o Rio Iguaçu onde liga a cidade de Balsa Nova ao município da Lapa, é de vital importância aos dois municípios.

As condições da referida ponte, está oferecendo perigo, daí a necessidade de sua recuperação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, o encaminhamento de expediente ao DOUTOR JOSE MARIA DE AZEVEDO, Digníssimo Superintendente do Instituto de Previdência do Estado – IPE, solicitando as necessárias providências no sentido de determinar aos médicos credenciados em cidades do interior a prestação de serviços sem a cobrança de importâncias complementares, como ocorre em algumas cidades do norte do Estado, onde os profissionais especialistas cobram, à parte, dos portadores de guias fornecidas pelo Instituto a importância de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) e clínicos gerais, Cr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros), sem, entretanto, fornecerem recibos, conforme informações de diversos servidores, que dirigiram o apelo que ora encaminhamos.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975.

a) EZEQUIAS LOSSO

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.

SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, e Srs. Deputados.

Assomo hoje à tribuna, para comunicar à Casa e ao povo do Paraná que, em contacto com o Sr. Secretário da Educação e Cultura, quando nos avisou que, no que concerne ao problema de salas de aula, está equacionando e pretende, aquele Secretário, até março do próximo ano, construir salas de aula, 640, em todo o Paraná, procurando também resolver o problema das salas de aula do distrito de Monte Real, para que assim possa o povo do Paraná ter ciência de que a equipe de Jayme Canet está cumprindo com sua obrigação, procurando, como sempre dizemos, aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Está sua Excelência o Sr. Secretário Borsari Netto, com apenas 6 meses à frente daquela Pasta, procurando dinamisar, procurando implantar todos os recursos modernos com referência à Educação no Paraná. Para isto, também o próprio dinheiro do povo já foi distribuído em forma de 25.000 carteiras e serão implantados e construídas 17 unidades escolares também, até março do próximo ano.

Assim, contamos com o apoio e auxílio de todo o Paraná, para que o Governador Jayme Canet Junior, no firme propósito de solucionar os problemas paranaenses, com a ténpera dos homens de mãos calosas, realize e entregue o Governo, construído e pelo menos com a trajetória que o Paraná merece.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, segundo orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Eminentíssimos Srs. Deputados.

Comemora-se hoje e é com grande júbilo que eu registro o acontecimento, os 10 anos da proveitosa existência do Serviço de Informação no Mercado Agrícola — SIMA.

Tive oportunidade, na manhã de hoje, de participar da troca de mensagens no Palácio Iguaçu, que se verificou entre o Governador do Estado e o Ministro da Agricultura, Allison Paulinelli.

O evento merece registro, principalmente por considerarmos que o Paraná é, no País, o Estado pioneiro na instalação de uma rede de telex, exclusivamente voltada para a informação do mercado agrícola do País. E este pioneirismo vem de propiciar aos produtores, facilidades de comercialização da sua produção no Paraná. Já estão em franco desenvolvimento, em franca atuação os postos de informações, instalados em Pato Branco, Cascavel, Londrina, Maringá, Umuarama e Ponta Grossa, estando já agora em fase de instalação o Serviço de Informação com telex, na cidade de Jacarezinho.

Para significar este acontecimento da solenidade que hoje se verificou, no Palácio Iguaçu, houve troca de telex entre o Governador do Estado e o Sr. Ministro da Agricultura, e o telex recebido pelo Governador do Estado na manhã de hoje, do Sr. Ministro da Agricultura, está vasado nos seguintes termos: (Lê a Mensagem):

“É com grande prazer que me dirijo a V. Exa., neste dia em que o Ministério da Agricultura, com grande júbilo, comemora 10 anos de proveitosa existência do Serviço de Informação do Mercado Agrícola — SIMA — o qual, com o imprescindível apoio e iniciativa da Secretaria da Agricultura do Paraná, consegue nesta data implantar em caráter pioneiro no País, a interiorização da informação do mercado, levando-a diretamente ao homem do campo, dando-lhe assim condições de melhor decidir seu processo de produção e comercialização.

Hoje instala-se a sub-agência do SIMA no Paraná, em Umuarama, que, juntamente com a de Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco e proximamente Jacarezinho, detém o Estado uma rede de informações de uma rede agrícola

ligada por telex a Curitiba e daí para todo o Brasil.

Parabéns a V. Exa. por esta realização, quando V. Exa., por esta realização, mantinha-me pessoalmente interessado em continuar colaborando com o empreendimento.

a) ALLISON PAULINELLI — Ministro da Agricultura”.

O Sr. Governador do Estado aproveitando para cumprimentar o Sr. Ministro e também para enviar o Boletim do Mercado de hoje e de toda a região servida por este telex, dando o preço do café e soja, do boi e porco e outros produtos considerados vitais para a economia do Paraná e também para nossa economia. De quatro em quatro horas o Estado está programando uma rede de divulgação deste boletim para conhecimento amplo e total da nossa região produtora no intercâmbio com o mercado produtor. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, terceiro orador inscrito.

O SR. LAZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Dia de hoje para o Estado do Paraná é uma data que deverá ser uma data bastante festiva e de muita alegria para todas as classes do Estado do Paraná, principalmente para a classe empresarial, para a classe trabalhadora e os Srs. Advogados, pois na data de ontem, o Exmo. Sr. Presidente da República atendendo uma das aspirações mais antigas do povo do Paraná, sancionou o projeto de lei que cria para o Estado do Paraná e Santa Catarina, o Tribunal Regional do Trabalho.

Ontem, iniciou-se esta luta neste Estado e agora, depois de longo tempo, o Paraná passou a ter o seu tão almejado Tribunal Regional do Trabalho e, nestas condições, Sr. Presidente, nós passaremos a ler o requerimento de nossa autoria que, se aprovado por este plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Presidente da República, numa forma de júbilo e de agradecimento do povo paranaense por esta conquista agora realizada. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o plenário, seja conferido um VOTO DE LOUVOR a sua Excelência General ERNESTO GEISEL, nosso mui digno Presidente da República, pelo fato de ter sancionado na data de ontem, 23 de setembro de 1975, o projeto de lei, aprovado pelo Congresso que cria a 9ª Região da Justiça do Trabalho e o Tribunal do Trabalho respectivo, com Sede em Curitiba, e com jurisdição sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina.

JUSTIFICATIVA:

A criação de um Tribunal Regional do Trabalho, com sede nesta Capital, constituía-se numa velha aspiração de nosso povo. Hoje, sobremaneira, satisfeitos, sentimos-nos grandemente recompensados da luta empreendida nessa gloriosa causa, sendo imprescindível a manifestação de nosso contentamento.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975”.

Agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Tribunal de Contas dentro de poucos dias será instalado em nosso Estado, compete a nós que representamos o povo paranaense nesta Casa, fazer coro, juntamente com esta mesma classe que reivindicava a criação do Tribunal para o Estado do Paraná, para a criação do maior número de Juntas de Conciliação e Julgamento.

Estamos satisfeitos com a criação, para o Paraná, do Tribunal Regional do Trabalho e muito deve ser feito no que se refere a juntas de Conciliação e Julgamento para melhor desempenho da Justiça em nosso Estado. Sabemos que apenas sete Juntas na Capital e 4 no Interior existem hoje no Paraná e o Estado, com aproximadamente oito milhões de trabalhadores, de pessoas, melhor dizendo e com um parque industrial grandioso que se avizinha, a necessidade destas Juntas se torna imprescindível. É isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa registra, com satisfação, a presença do plenário, do Sr. Deputado Sebastião Rodrigues, representante da bancada do MDB na Câmara Federal, a S. Exa os nossos cumprimentos.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo, quarto orador inscrito.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em nome do MDB, por delegação de nosso líder, gostaríamos por primeiro, registrar a satisfação do MDB pela sanção da Lei que cria o Tribunal do Trabalho Regional do Paraná, e gostaríamos aproveitar a ocasião também para registrar os nossos cumprimentos àquele brilhante e dinâmico deputado que foi o relator desta matéria na Câmara Federal, o deputado paranaense Gamaliel Bueno Galvão. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto que nos traz à tribuna, dentro do Pequeno Expediente, é mais uma vez para formular uma denúncia, para fazer um apelo. Há poucos dias, o Corregedor da Procuradoria Geral do Paraná, esteve em visita à Comarca de Ibaiti com o único e exclusivo objetivo de pressionar o Promotor Público daquela comarca, para que pedisse dimissão ou melhor remoção para outra Comarca.

Surpreendente o pedido, surpreendente a visita especial, porque não fazia muito tempo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que aquele promotor por merecimento havia sido promovido da condição de Promotor Substituto da Comarca de Londrina, para Promotor Titular da Comarca de Ibaiti.

Tinha se transformado já, num paladino da Justiça, dadas as suas atitudes corajosas, como cumpridor da Lei que não teme e nunca temeu de fazer valer a Lei, de chamar à responsabilidade mesmo dos poderosos, mesmo dos protegidos politicamente. E chegando um Ibaiti, não faz muito tempo, constatou uma irregularidade que todo o Paraná deveria saber. Uma estrada abandonada depois de ter gasto muito dinheiro, para construção de uma outra estrada ligando a Ibaiti-Ventania. A sua primeira providência foi com base na Lei de Segurança Nacional, de terminar a instalação de uma sindicância para apurar a responsabilidade dos dinheiros públicos aplicados naquela obra. Além disso, tomou outras atitudes sérias e corajosas, quais a de combater a jogatina naquela comarca.

Eis que, de repente, aparece um corregedor geral do Ministério Público a exigir que ele pedisse a sua remoção para a Comarca de Xambrê, sob pena de se não o fizer, ser removido compulsoriamente.

Surpreendeu-nos porque de Londrina ele saiu respeitado, admirado e conceituado; em Ibaiti ele mereceu respeito e admiração de todos. Ainda ontem eu falei com o Juiz de Direito que mostrou o grande conceito, a grande estima que a cidade devota àquele Promotor Público. Promotor bom e capaz ele é.

E se for bom e capaz para Ibaiti, não se justifica que não se justifica que não venha a ser bom para Xambrê. Não se justifica. E que me surpreende é que o Ministério Público exerça pressão dessa ordem. E se o promotor está cumprindo a lei, se o promotor está cumprindo com sua obrigação, não se justifica essa exigência do Ministério Público para que ele permaneça ali.

Eu pergunto: o Ministério Público do Paraná pretende servir à lei, servir ao Direito ou servir à lei dos poderosos, à conveniência dos poderosos do momento.

Por que, Sr. Secretário da Justiça? Por que o Sr. Procurador Geral do Ministério Público e persiste que aquele promotor peça a sua remoção, sob pena de ser removido compulsoriamente?

É verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Constituição permite a remoção compulsória, por ato do Procurador Geral, quando fundamentada em conveniência do serviço público.

Podem ter certeza os Srs. Deputados, que nenhuma conveniência para o serviço público existe para a transferência do promotor Sérgio Borges da Silva, da Comarca de Ibaiti para a

Comarca de Xambrê, a não ser que essa conveniência seja a de alguns poderosos, ou daqueles que tiveram seus interesses, suas negligências, ou suas culpas em vias de serem conhecidas.

Fica aqui o apelo ao Ministério Público, que é o fiscal da Lei e não o fiscal e defensor de interesses escusos, de interesses particulares, ou políticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quinto orador inscrito.

O SR. LUCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desde o instante em que nos encontramos neste poder, como representantes do povo, temos recebido constantemente, por cortesia, como naturalmente todos os demais Srs. Deputados, o "Jornal dos Bairros da Cidade de Curitiba".

Lendo e relendo este semanário, todas as vezes que ele tem chegado às nossas mãos, sentimos que era, acima de tudo, um dever, requerer um voto de congratulações pela vibrante posição informativa deste órgão da imprensa, que no aspecto fluente de liberdade, mostra, através de suas folhas, não ser conivente a interesse algum, a não ser aos interesses públicos.

Este Deputado sofreu muitas vezes duras críticas na base da política desse jornal. Mas, naturalmente, críticas merecedoras, porque o jornal tem uma finalidade, a grande finalidade de analisar, nunca de deixar de noticiar,

Porque mesmo, queremos, nesta oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apresentar um requerimento à Casa, vassado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, um voto de congratulações ao "Jornal dos Bairros de Curitiba", pela sua independência e lisura de informações ao público dos bairros e da área metropolitana.

Outrossim, requer, se aprovado o presente, seja dado conhecimento à Diretoria do referido jornal.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975."

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Srs. Deputado Egon Pudell.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna no dia de hoje, é levar ao conhecimento desta Casa de que se instala na sede do município de Toledo o Banco pertencente ao Grupo de União de Bancos. Trata-se do 8º banco que se instala na sede do município de Toledo. O município de Toledo conta hoje com 10 bancos, porque realmente é um município de um crescimento fabuloso. Coloca-se em 9º lugar em arrecadação do ICM. Também se coloca em 9º lugar e tenta conquistar o 8º lugar em colégio eleitoral em todo o nosso Estado. É também com satisfação que anunciamos que o Banco do Brasil, em Toledo, é o 3º Banco, ou melhor, tem o 3º lugar entre os Bancos do Brasil de nosso Estado, só ultrapassado pelo Banco do Brasil de Curitiba e de Londrina.

Isso para nós é motivo de satisfação e júbilo, porque não dizer, também de orgulho, porque o Oeste do Paraná, que há poucos anos atrás, era desconhecido de muitos, hoje cresce e contribui grandemente para a economia paranaense.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Portanto, queremos nos congratular com a alta direção da União de Bancos. Também o que nos traz à tribuna, hoje, são dois requerimentos que dizem respeito à construção de salas de aula no município de Santa Helena, na sua sede, com 10 salas de aula e no próximo distrito de São Clemente, 6 salas, bem como também a construção de uma Delegacia e Cadeia Pública na sede do município de Santa Helena, porque a atual Delegacia não comporta e não atende às

reais necessidades daquele próspero município.

Os dois requerimentos que apresentamos são os seguintes:
(Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja solicitado ao Exmo. Senhor Gal. ALCINDO PEREIRA GONÇALVES, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, que seja construído prédio para delegacia e Cadeia Pública de Santa Helena.

A doação da área já foi feita pela prefeitura municipal, bem como parte do material necessário à obra já se encontra a disposição da Secretaria de Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975”.

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja solicitado ao Exmo. Senhor Dr. FRANCISCO BORSARI NETTO, DD. Secretário de Estado da Educação e Cultura a construção de 10 salas de aulas e demais dependências necessárias na sede do município de Santa Helena. Solicita também a construção de 6 salas de aula com as dependências necessárias no Distrito de São Clemente.

JUSTIFICATIVA:

Em decorrência do crescimento demográfico das localidades citadas aumentou em consequência o número de crianças em idade escolar tornando sem condições os prédios tanto da Sede como do Distrito de São Clemente.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1975.”

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sétimo orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

“Assumo a tribuna desta Casa para comunicar com muito prazer que o Governador do Estado, Sr. Jayme Canet Junior irá nos próximos dias 10 e 11 do próximo mês visitar os municípios de Palmas, Clevelândia, Mariópolis, Pato Branco e Francisco Beltrão.

— (A matéria lida não foi encaminhada à Divisão de Taquigrafia).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, comunico à Casa que amanhã estará na Assembléia Legislativa o Sr. Secretário da Fazenda e de Planejamento que vem esclarecer aos Srs. Deputados o programa orçamentário do Estado para o próximo exercício. Nessas condições, como está marcada a presença de S. Exa. para às 15,30 horas, a sessão de amanhã constará do Pequeno Expediente e da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último dia 10 de agosto, juntamente com mais quatro Srs. Deputados desta Casa, assistimos o encerramento do primeiro Simpósio Nacional do Soja em Porto Alegre, em cuja sessão plenária ficou decidido de que o segundo Simpósio seria realizado em 76, aqui em Curitiba.

E se abria a preferência a esta Assembléia Legislativa para patrocinar aquele Congresso. Recebemos há poucos dias do Presidente da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, uma cópia da tese que este deputado apresentou naquele Simpósio.

E para conhecimento da Casa, tenho a satisfação nesta oportunidade de apresentar este modesto trabalho que recebeu

das Comissões Técnicas a aprovação que foi inserida nos estudos que levantei naquele Simpósio Nacional do Soja.

Apresentamos a seguinte tese:

Criação de condições essenciais, no Brasil, para implantação de um mercado consumidor como meio de preservar e oferecer estabilidade à comercialização do soja.

(Lendo): “CADA País TEM COSTUMES, TRADIÇÕES E MÁQUINAS GOVERNAMENTAIS DIFERENTES — E RECURSOS NATURAIS DIFERENTES; AS SAFRAS DE GADO INERENTES A CADA PAÍS E OS GOSTOS E AVERSÕES POR ALIMENTOS VARIAM.

Desse modo, a experiência americana, óbvio, não pode ser copiada exatamente em qualquer parte. A ênfase deve ser posta na adaptação e não na imitação”. — (Lauren Soth — MODERNA AGRICULTURA E SEUS PROBLEMAS: 1ª Edição — Atlas pag. 210).

1 — AGRICULTURA BRASILEIRA, EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO.

O Brasil é um país que tem sua base econômica, assentada na agricultura e, por muito tempo, deverá continuar assim. Uma breve incursão na evolução e transformação da nossa agricultura mostrará que seus ciclos marcaram profundamente a história desta Nação. Cana-de-Açúcar, cacau e café, definiram em nossa história determinados momentos, cujos quadros políticos e sociais serviram para realçar a grande e fundamental importância que a agricultura desempenha nesta terra, onde em se plantando tudo dá.

A consciência de uma reformulação de subdesenvolvimento para país desenvolvido procura alterar tal status. Todavia a industrialização que se esboça entre nós, representa uma tarefa de longo e penoso alcance. A esse respeito convém lembrar a citação do Jesuíta belga, Roger Vekemans, quando afirma:

“Três grandes fatos característicos, de âmbito universal vão configurar uma nova idade para o Homem, e a esses fatos não escaparão os dirigentes dos destinos latino-americanos, qualquer que seja o processo que intente desvirtuá-los ou falsificá-los.

O primeiro é o “Fato humano”. A terra tem hoje três bilhões de habitantes na próxima geração, terá seis, na seguinte, doze.

Uma das regiões em que este crescimento demográfico mostra-se mais acelerado é, precisamente, a América Latina. Os pobres são e serão a cada dia, mais numerosos do que os privilegiados; mas não o serão nas proporções do passado, mais ou menos próximos, e sim em proporções que somente uma inteligência e imaginação voltadas para o futuro, serão capazes de conceber.

Uma nova fase emerge predominante, do interior de cada comunidade humana. A fase do povo, pobre e esmagadoramente majoritário. Junto dela emerge também a fase do imenso mundo humano, com problemas e reclamos comuns que ultrapassam todas as fronteiras geográficas, raciais, políticas e culturais, um planeta coberto pela presença humana, inexoravelmente solidária.

O segundo fato é o “científico-tecnológico”, que não se contém no anterior, mas multiplica-o. Uma multidão cada vez maior de homens, comunica-se cada dia com maiores facilidades — anulando-se, assim as distâncias que separavam os povos — e essas comunicações dão notícias da realidade ou da possibilidade de uma dominação nunca sonhada sobre a natureza, a de uma satisfação mais completa de suas necessidades.

O terceiro fato é a desigualdade do desnível, que cresce aceleradamente entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos, entre as classes dominantes, e classes inferiores. Cresce, ao mesmo tempo, nos países subdesenvolvidos e nas classes inferiores a consciência geral de que os benefícios da ciência e da tecnologia devem permanecer a todos, e de que o Poder deve estar a serviço de todos”.

Portanto, qualquer perspectiva de desenvolvimento industrial, não pode se esquecer desta realidade gritante: dependemos prioritariamente da nossa agricultura. Esta por sua vez, historicamente, tem se mostrado instável e sem amparo. Hoje, dota-se apenas 16 por cento do orçamento nacional para a agricultura. Abastecimento, indústria e comércio.

Os ciclos da cana-de-açúcar, cacau e café, bem demonstram que houve falta de intervenção planejada e científica do poder público. Tais produtos, em suas épocas, básicos para as exportações, não tiveram no seio da população brasileira a criação de um mercado consumidor. Somos o povo que mais produz café neste planeta, no entanto os índices de consumo interno não ultrapassam os 6 por cento da nossa produção anual. O brasileiro não bebe café.

II – DEVERÁ HAVER UM CICLO DA SOJA NA NOSSA AGRICULTURA.

Foi deveras espantosa a facilidade com que a soja passou a ser plantada pelos nossos agricultores. Os elevadíssimos índices de produção, de safra para safra, bem dizem, que em poucos anos, a continuar nesta taxa de crescimento, será o principal produto agrícola brasileiro. As últimas geadas, devastando totalmente os cafezais do Paraná, são um fator de condicionamento para aumentar as áreas de cultivo da sojicultura. Neste Estado, por exemplo, segundo informou recentemente o Secretário da Agricultura, da área atualmente com cafeeiros, está sendo previsto que 500 mil hectares de terra serão utilizados para outras cultura, sendo que apenas o soja, deverá ocupar desta área, a cifra de 175 000 hectares. Quanto ao quadro das exportações brasileiras, fácil é antecipar a predominância da leguminosa, mesmo porque, o café que aparece em primeiro plano, nos próximos anos terá reduzida sua participação.

A CPI que investiga as atividades das multinacionais, tem colhido dados reveladores da exploração comercial que se processa com a soja. Sem nos filiarmos ao estímulo dos grupos multinacionais, ou a sua necessária contensão como resguarda da economia brasileira, temos que visualizar o alto interesse destes mesmos grupos em investirem ponderáveis somas no setor. Sem dúvida visualizaram, com antecedência, o destaque econômico que a leguminosa vai ter no fim deste século.

Celso Furtado – TEORIA E POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO – 2ª Edição, página 74, ensina:

“No mundo real, o crescimento de um setor produtivo, mesmo quando se realiza sem modificações nas funções de produção, determina certa recolocação de fatores de aumento da produtividade dos fatores absorvidos no setor de expansão”.

Ora, a sojicultura, sem qualquer dúvida, é um novo setor de produção, e até munido de tecnologia avançada, pois é uma agricultura essencialmente mecanizada e técnica.

Porém, em muitos lugares, a cultura da soja se faz onde antes eram pastagens ou cafezais ou áreas destinadas a outras cultura. Ocorreu uma sensível alteração nas fontes de produção.

Na medida em que se confinou o animal (gado e suínos) em uma área menor, a pecuária passou, como no Sudoeste do Estado do Paraná (um milhão de cabeças de suínos e quinhentas mil cabeças de gado) a ser meramente de subsistência. Reduzindo a área da pecuária, decaiu, o percentual de alimentação animal com graves reflexos no mercado produtor. Produz-se mais soja, muito mais, mas diminui-se a produção de carne e leite. Deverá, por conseqüência haver no mercado consumidor uma recolocação, para que o deslocamento dos setores de produção sejam compensados nos setores de consumo. Deverá forçosamente, haver maior consumo interno de soja.

III – O PAPEL DO SOJA NA ALIMENTAÇÃO, HUMANA E ANIMAL NO BRASIL.

Ainda recentemente a Subcomissão de Agricultura e Política Rural da Câmara Federal, presidida pelo Deputado Alexan-

dre Machado da Silva, acabou concluindo, em um trabalho sobre o soja, em que a Subcomissão encarece:

“A necessidade de que se divulgue e se intensifique a nível da população menos esclarecida, o conhecimento do extraordinário valor das proteínas do soja como alimento, na substituição do leite, da carne, e ovos, nem sempre presentes – principalmente por motivos econômicos na mesa do brasileiro” (Gazeta do Povo – Curitiba, 28/07/75).

Não poderia ser mais certa a conclusão. Uma parcela ínfima da nossa população, tem conhecimento do extraordinário valor alimentar do soja, e, está assim mesmo impossibilitada de servir-se das vantagens alimentares da oleaginosa, pelas naturais dificuldades da falta de hábito”.

Iremos abrir um parêntesis, para destacar o que a “Gazeta do Povo” de segunda-feira, publicou: “No Departamento de Tecnologia Química, no Centro Politécnico da Universidade Federal do Paraná, uma equipe liderada pelo professor Hilmar Fugmann, estuda há anos as possibilidades de se desenvolver alimentos partindo do soja. Muita coisa foi obtida, como bolos e doces, salgados, bifes, enfim, conforme explica Fugmann, “com o soja é possível fazer-se até um banquete”. E acrescenta: “com sobremesa e tudo”. Os trabalhos estão em fase de continuidade, porque muitos são os projetos apresentados dentro do mesmo assunto”.

“A não ser o azeite, outros subprodutos são desconhecidos totalmente pelo nosso consumidor. Este, não raras vezes, acompanhando as oscilações e especulações de comercialização, some dos mercados. Alguns brasileiros, já ouviram falar do BIFE DE SOJA. Outros, ainda, sabem que o leite de soja é de elevado valor nutritivo (O Sr. Max Rossmann, de Curitiba, nos informou que consegue, em 24 horas, partindo do soja e garapa fermentada da cana-de-açúcar, por um preço seis vezes menor para alimentação dos bezerros, com o leite do soja). A SOPA DE SOJA, também é do conhecimento de alguns, mas a maioria dos poucos que já ouviram falar destes pratos, não têm os mínimos conhecimentos de como são preparados. Paradoxalmente, os que têm conhecimento do valor da soja, são exatamente os indivíduos de uma faixa de poder aquisitivo que lhes permite se beneficiar da carne. Os que não possuem meios econômicos, são também os que ignoram, via de regra, a abundância nutritiva da oleaginosa.

Ora, não será apenas na população humana que deve ser intensificada a divulgação do extraordinário valor da soja – como alimento. Na alimentação animal através das rações, a soja deverá marcar fundamental importância, para uma recuperação de desfrute satisfatório, de nosso rebanho animal.

“Analisemos este importante aspecto. O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, porém apresenta um dos menores desfrutes, com a pequena taxa de 10 por cento quando a Argentina, ultrapassa os 22 por cento, os EUA e a Nova Zelândia, os 40 por cento.

Para se ter uma idéia apenas, basta observar estas comparações entre a população bovina da América Latina e a dos Estados Unidos:

REGIÃO	BOVINOS (milhões de cabeças)	PRODUÇÃO	
		Carne (mil t)	Leite (mil l)
América Latina	250	8.746	23.896
Estados Unidos	115	18.554	61.898

Fonte: FAO – Anuário de Produção – vol. 25 – ano 1971

Ressalte-se, que os Estados Unidos, apenas para controlar não erradicar, em termos definitivos a febre aftosa, levou vinte e cinco anos de combate. Ora, no Brasil, agora é que se inicia em alguns Estados a Campanha de Combate à Febre Aftosa. Por outro lado, as pastagens norte-americanas são em sua maioria 40 por cento cultivadas e melhoradas ao passo que na Améri-

Latina, apenas 12 por cento representam boas pastagens sendo as demais naturais, e de baixo rendimento. Tudo isso pode ser resumido nestes dados: "enquanto a população humana, na América Latina, cresce numa taxa de 2,9 por cento a bovina não atinge 2,2 por cento.

Esta situação de desvantagem se deve principalmente à lentidão de absorver os avanços tecnológicos, pelos nossos produtores. Enquanto os EUA, nos últimos anos (50), a tendência para o povo mais bem alimentado do globo, é consumir mais carne, ovos, leite, frutas e verduras, em detrimento dos cereais amidos e batatas. Mas, não é menos verdade que seja aquele país o **MAIOR CONSUMIDOR DE SOJA DO MUNDO**. Na verdade a produção americana de soja que é da ordem de 50 milhões de toneladas, apresenta um excedente de exportação de apenas 20 por cento, ou seja na ordem de 10 milhões de toneladas. O Brasil, em que pese a falta de tradição como exportador, já atinge a cifra de 40 por cento, o que vale dizer, não é um país consumidor, mas francamente exportador.

Levaríamos, desta forma, um tempo formidável para conseguir o mesmo desfrute do nosso rebanho animal, mas a soja terá influência decisiva também na alimentação animal. Falamos aqui, apenas em bovinos mas se estendermos estas considerações para o rebanho suíno e de aves, então sim, veremos que a soja fluirá com extraordinário papel na alimentação destes rebanhos animais.

Em importante estudo efetuado e publicado pela Comissão de Agricultura da Assembléia Gaúcha, Soja, Edição 1974, página 50, somos informados do excepcional valor alimentício da soja para os animais, pois experimentalmente é possível estudar as consequências dos regimes de nitrogênio. Os sintomas e reações que provocam a carência são muito variáveis de espécies, se bem que em todos os casos o ponto final comum é a morte dos animais. Rações que não possuem quantidades suficientes de nitrogênio provocam uma redução do apetite, e, como consequência, de ambos os fenômenos, causa o efeito e uma diminuição da produção, sobretudo na velocidade do crescimento e das produções de carne e ovos".

Não existe consumo de soja nas forragens para o gado no Brasil, nossas rações ainda são baseadas no milho (40 por cento), farelo de algodão (10 por cento), melaço (10 por cento), além de farelos de arroz, trigo, farinha de osso, calcáreo e outros.

Mas, é principalmente na alimentação humana que a soja se destaca. Apresentando elevada percentagem de proteínas, e por custo infinitamente menor que das carnes, leite, ovos e peixes, tem ela o **QUANTUM** necessário e indispensável à alimentação humana. O combustível dirigido pela pessoa humana, mais barato e fácil para a população brasileira (uma das menos alimentadas) — primordialmente jovem — pode ser encontrado na soja. Sabe-se que a necessidade protéica de um homem de 70 kg é avaliada em 53 g, ou seja, de um mínimo protéico de uma grama por quilo de peso. Dados estatísticos comprovam que a soja, em sua composição química contém alta percentagem de proteínas e outras substâncias essenciais à alimentação humana.

IV — CONDIÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE UM MERCADO INTERNO

Muito de crítico se tem levantado, em nossos dias, contra a propaganda comercial, da "sociedade de consumo". O consumidor é levado de roldão pela propaganda que "cria e imagina necessidades" a serem satisfeitas, como consequência de um mundo capitalista. Visa-se exclusivamente o lucro, não importando as negativas influências que se possam verificar no seio social. A ostensiva propaganda de cigarros e bebidas, prejudiciais em sua maioria à saúde, são lugar comum em nossa terra. A propaganda e o tempo têm condições de mudar o hábito do povo. Hoje, o homem viu-se forçado a acompanhar a evolução, mesmo em detrimento de sua liberdade. No supermercado moderno, compramos os alimentos empacotados, sem a opção que tínha-

mos no velho armazém e quitanda de anos atrás.

Esta mudança de hábitos alimentares, deve ser introduzida com cunho essencialmente científico e planejado. Ao Estado cabe assumir o controle desta importante recolocação. A soja ainda é uma ilustre desconhecida quanto ao seu extraordinário valor alimentar, do povo brasileiro. Apesar de alguns sintomas de industrialização e fabricação de alimentos baseados no soja, a verdade é que ela não figura como prato do dia. Afirmamos que cabe ao Estado, através de uma educação alimentar, recolocar a mesa do brasileiro, porque somente através de legislação específica se atingirá este objetivo.

Passamos por ciclos de nossa agricultura e aí está o exemplo histórico a afirmar isso: fomos grandes produtores de cacau, café e açúcar, porém destes produtos não figuramos como bons consumidores. Devemos revisar estes aspectos econômicos. Se nos prepararmos para colher mais soja, se uma infra estrutura se monta para proteger esta produção, mister é, que também saibamos consumir mais soja. Não se afirme que não dispomos de condições para isso: aí está o nosso povo faminto. Devemos ter consciência de que a dignidade de pessoas humanas, exige, para se viver num país forte e gigante de boas condições de alimentação. Ao Estado cabe prever o sustento da sua população, mesmo porque o Brasil não é signatário da política de contenção demográfica, recentemente levantada na ONU.

A introdução de uma cadeira de nutrição, no Centro Fundamental, seria uma medida prioritária para a mudança de hábitos alimentares e, de imediatos reflexos, para a nossa sojicultura. Ao se ensinar a criança, que o leite que ele toma, tão difícil e caro por ser produto animal, tornar-se-ia bem mais fácil e barato, se provisse do vegetal soja. O hábito adquirido na infância se preservava pelo resto da vida. Se se propusesse o governo, na campanha de merenda escolar que realiza, a introduzir gradual e cientificamente a presença do leite e da soja de soja, estaremos formando potenciais consumidores dela, para o futuro. O que não se pode admitir é que o "brasileiro não aceita o soja pelo seu gosto diferente". Ora o gosto e paladar varia de uma pessoa para outra. Uns tomam café doce, outros amargos. Habituada a criança desde cedo, quando adulto, infalivelmente sentirá a falta de alimentos que seu organismo está habituado.

Janio Quadros, OS DOIS MUNDOS DAS TRÊS AMÉRICAS, pág. 405, 1972 - Livraria Martins, explica muito bem como se deve introduzir uma reforma social citando:

No caso da Reforma Agrária, uma das reformas estruturais da nossa sociedade, a crença generalizada é a de que basta reformar os critérios de propriedade do solo. Em outras palavras: o atual estatuto jurídico da propriedade. Ora, essa será um dos prismas e, quem sabe, o mais significativo, mas é apenas um deles, e por si jamais produzirá essa reforma. Ao converso. Se a reforma agrária não passar de uma simples prática do solo, poderá agravar a tensão sócio-econômica, e há exemplos em nosso próprio Continente. A educação do camponês, o crédito abundante, os preços mínimos, os armazéns e silos, as sementes a mecanização, a irrigação, os adubos e inseticidas, as técnicas e a ciência agrícola, em seu mais alto grau, e os transportes, são imprescindíveis.

Ponto de vista, aliás que coincide com as sugestões dadas pela COMISSÃO DE AGRICULTURA E PECUARIA da Assembléia do Rio Grande do Sul, quando explicou:

O Governo deve adotar um mecanismo especial de incentivos materiais, fiscais e financeiros, para a implantação de indústrias que produzam alimentos humanos à base de soja. Por outro lado, devem ser feitas pesquisas para o desenvolvimento do Know how e tecnologia própria, visando melhorar e criar novos alimentos, sendo que a matéria prima será esta leguminosa. Este tipo de indústria tem condições excepcionais de se desenvolver, porque tanto o mercado interior como o externo apresentam-se, favoráveis à absorção do produto alimentício de alto valor protéico e baixo preço.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).—

Acompanhei atentamente o brilhante discurso pronunciado nesta tarde por V. Exa. e percebendo que V. Exa. se encaminha ao final, gostaria de cumprir neste momento, do Presidente da Comissão de Agricultura, elogios do Primeiro Simpósio Nacional do Soja no Rio Grande do Sul, através de expediente dirigido pela Casa de Leis, comunicando que a sua tese, a tese apresentada por V. Exa. foi aprovada por unanimidade ressaltando o brilhantismo do trabalho efetuado por V. Exa. Portanto cumpro com um dever de consciência e de justiça para com V. Exa. foi na condição de representante desta Casa de Leis, representante da Comissão de Agricultura com muito brilhantismo, apresentando um projeto que a todos nós, nesta tarde nos honra como honra a cultura de V. Exa. Gostaria, por outro lado, de dizer que nós já estivemos, inclusive em contato pessoal com o Presidente deste Poder, preliminarmente visando para o Estado do Paraná, trazer, no próximo ano, o 2º Simpósio Nacional de Soja porque entendemos, como V. Exa. provavelmente entende como grande verdade já dita há muitos anos atrás pelo eminente jurista e político brasileiro, Aliomar Baleeiro, os trabalhos, nas Comissões, é o verdadeiro trabalho legislativo, e V. Exa. faz prova disto hoje que nas Comissões se produz trabalho sério, que deverá orientar a política agrícola, em determinados setores, como é o caso do soja. Portanto, meus cumprimentos e transmiro ao povo do Paraná meus cumprimentos pelo trabalho de V. Exa. no Primeiro Simpósio Nacional do Soja pelo Deputado Presidente da Comissão de Agricultura do Rio Grande do Sul :

O SR. NILSO SGUAREZI — Agradeço a V. Exa. as bondosas palavras, mas devem ser tributadas as palavras a todos os Srs. Deputados, como o Sr. Deputado Ernesto Dal Oglio e do Sr. Deputado Egon Pudell que se fizeram presentes no Simpósio do Soja, representando esta Assembléia Legislativa no trabalho realizado.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Em nome da nossa bancada, corroborando as brilhantes palavras do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, pelo brilhante trabalho realizado por V. Exa. e do qual o plenário neste momento tomou conhecimento. Receba V. Exa. as nossas congratulações pelo conteúdo do trabalho muito sério e que revela a profundidade das pesquisas e das conclusões a que chegou V. Exa. Demonstrando realmente uma atividade a que fez juz os incômodos recebidos e aqui levado ao conhecimento público pelo ilustre Deputado Luiz Alberto Oliveira. Portanto, a V. Exa. as nossas congratulações e, pessoalmente, quero dizer a V. Exa. que me sinto feliz de poder ter ouvido V. Exa. pronunciar o discurso que hoje pronuncia.

Evidentemente, a afirmação de que existe um mercado interno, pode ser contestada, pois o nosso consumo de soja é quase exclusivamente feito através do azeite. Enquanto os americanos, como maiores produtores, exportam apenas 20 por cento, o Brasil em poucos anos e sem nenhuma tradição produtiva, atinge a taxa de 40 por cento em exportação :

No entanto, a tese da criação de um mercado consumidor no Brasil se impõe por uma multiplicidade de fatos dos quais os principais já realçamos:

PRIMEIRO — É o alimento mais barato e de maior valor proteico que o brasileiro pode conseguir em sua mesa;

SEGUNDO — Daria segurança aos produtores de não dependerem exclusivamente para ter bom preço e procura, do mercado externo por tradição altamente especulativa.

Atente-se que apesar de não termos tradição de país produtor de soja, em 61 exportávamos 27 por cento de nossa produção.

De lá para cá, verificou-se um aumento nesta taxa, atingindo presentemente a cifra dos 40 por cento, numa tendência perigosa pois a produção brasileira vem sendo aumentada astronomicamente de ano para ano. Continuando neste ritmo, muito breve estaremos exportando bem mais do que consumimos.

À primeira vista diriam alguns que isso representa mais dólares em divisas, contudo é necessário observar que a nossa população aumenta, também astronomicamente, e para saciá-la só há pois na soja temos uma fonte de alimento satisfatória.

Enfim, os exemplos históricos estão aí nos alertando do perigo que podemos cair, se medidas conscientes e de longo alcance não se fizeram sentir. O ciclo do soja, está já teve seu advento no Brasil, a esperança é que a gente brasileira consiga incorporar este rico cereal, como uma das molas propulsoras e um dos esteios básicos da redenção deste País.

Medidas corajosas e de proteção ao homem brasileiro que na agricultura tem sustentado esta nação, não podem se fazer esperar. É a hora e a vez do soja. Soja do Brasil, não apenas para saciar a fome do mundo, mas principalmente dos brasileiros porque, afinal de contas, A SOJA É NOSSA.

Sr. Presidente, neste trabalho que tivemos a felicidade de receber a aprovação da Assembléia do Rio Grande do Sul, queremos informar à Casa, que o Primeiro Simpósio do Soja, teve como participação, mais de 100 participantes de todos os estados produtores com representação na Assembléia de Goiás quando lá compareceram 10 deputados, inclusive o Presidente da Assembléia de Goiás, Sta. Catarina, S. Paulo, Paraná, que concluíram de que o Segundo Simpósio deveria ser realizado no Paraná. E a bancada do Paraná pleiteou e conseguiu isto.

Portanto, estamos apresentando à Casa um requerimento no sentido de que seja constituída, de imediato, uma comissão para tratar especificamente do assunto. Comissão que deverá elaborar inicialmente um plano, um projeto para a realização deste simpósio.

Colhendo a boa experiência do Rio Grande do Sul, inclusive da Assembléia gaúcha que se prontificou a nos prestar toda colaboração possível, toda matéria possível para que este Segundo Simpósio seja realmente tomada de consciência do que o soja representa para o Brasil.

Estamos apresentando o seguinte requerimento. (Lê):

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e, considerando a deliberação plenária do Primeiro Simpósio Nacional do Soja, que abriu preferência ao Paraná, requer seja nomeada uma Comissão Especial de cinco membros, para organizar e coordenar a realização do 11º Simpósio Nacional do Soja, a ser realizado no segundo semestre de 1976, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, 14 de agosto de 1975.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, nos próximos anos, deverá assumir a liderança da produção do soja. Por outro lado, até o fim do presente século, o soja deverá ser a cultura mais intensificada e que trará maiores divisas ao País. Necessário que se aprimorem os estudos para uma política racional e consciente desta importante leguminosa. A realização do 11º Simpósio Nacional do Soja, representa a oportunidade de que o Paraná através desta Assembléia, terá para se fazer presente neste esforço conjugado. Como ficou demonstrado por ocasião da realização do 1º Simpósio realizado na cidade e Porto Alegre. Justificando-se enfim, o presente requerimento, tendo em vista que ficou decidido do 1º Simpósio por sugestão dos representantes do Paraná, que a realização do 11º Simpósio se daria no Estado do Paraná, também promovido, aqui, pela Assembléia Legislativa.

Srs. Deputados, a antecedência desta Comissão se impõe, pelo trabalho de envergadura e pelo grande trabalho que terá esta Comissão para organizar, montar este simpósio que, temos a certeza, na segunda realização contará com a presença de mais de 1.000 participantes. Porque deve se ter em conta de que o so-

ja está tendo nos estados de Mato-Grosso, e Sul de Minas, espetacular acolhida, assim sendo, fatalmente terá daqueles estados, a participação e a presença porque o soja vem se desenvolvendo no Brasil pelo sistema de irradiação, inicialmente no Rio Grande do Sul, em seguida Santa Catarina, depois Paraná e está subindo, portanto, a antecedência desta Comissão e justamente para que o Paraná possa organizar a contento a receber todos participantes do II Simpósio que nós queremos promover e realizar, de maneira brilhante.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk. (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Edilson Alencar. (Declina).

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Srs. Deputados.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela Ordem).—

Sr. Presidente, solicito verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa comunica ao nobre Deputado, que existem na Casa, 47 Srs. Deputados.

O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

Antes porém, a mesma comunica à Casa que designa para representá-la no I Encontro de Suinocultura do Paraná, os Srs. Deputados Werner Wanderer, Egon Pudell e Ivo Thomazoni da ARENA, e, Deni Schwartz e Nilso Sguarezzi, do MDB.

Também antes do Sr. I Secretário proceder a chamada, a Mesa comunica que recebeu hoje, do Sr. Emilio Calazans, Presidente do IBC, o seguinte telex: (Lê o telex).

“BRASILIA

24-09-75.

AO EXMO. SENHOR

DEPUTADO PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO

DD. PRESIDENTE DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

EM RESPOSTA AO SEU TELEX 707, DE HOJE, TENHO O PRAZER DE COMUNICAR-LHE QUE, CONFORME INFORMAÇÕES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, AS INSTRUÇÕES RELATIVAS AO PLANO DE EMERGÊNCIA PARA RECUPERAÇÃO DE CAFES GEADOS JÁ SE ENCONTRAM EM PODER DAS FILIAIS DOS AGENTES FINANCEIROS, QUANTO A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA RECEPA, TRANSMITIR O APELO AA DIRETORIA DE CRÉDITO RURAL DO BANCO CENTRAL.

ATENCIOSAMENTE

CAMILO CALAZANS DE MAGALHÃES

PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ

O Sr. 1º Secretário fará a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede a chamada dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 31 Srs. Deputados.

Há quorum para visar votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.190/74, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que denomina Grupo Escolar Otalipio Pereira de Andrade, o atual Grupo Escolar de Bateias, município de Campo Largo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — APROVADO.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.54/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.103/75, que aprova o Termo ao Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através das Secretarias de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas, com o município de Santo Antonio do Caiuá, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.55/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.120/75, que aprova o Termo de Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Saúde e Bem Estar Social e a do Interior, com o Município de Barracão, objetivando a construção de prédio destinado a Unidade Sanitária na sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.257/71, de autoria do Deputado Antonio Franco Ferreira da Costa Filho, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Icaraima e Ivaté. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.56/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.117/75, que aprova Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Rondon, com interveniência do Governo do Estado através da Coordenação de Planejamento objetivando desapropriações e permutas de imóveis previstas pelo Projeto de Controle da Erosão na cidade de Rondon. Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 56/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E

Artigo 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de abril de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o município de Rondon, com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a realização das desapropriações e permutas de imóveis previstas pelo PROJETO DE CONTROLE DA EROSAO NA CIDADE DE RONDON.

Artigo 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

a) ACCIOLY NETO — Presidente

a) FABIANO BRAGA CORTES — Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 117/75

Acompanhado de Mensagem Governamental nº 29/75, de 01 de julho de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, o

Termo de Convênio celebrado em 18 de abril de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Município de RONDON, com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a realização das desapropriações e permutas de imóveis previstos pelo "PROJETO DE CONTROLE DA EROSÃO NA CIDADE DE RONDON".

Cumpra o Sr. Governador, desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 57/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 121/75, que aprova Termo de Convênio celebrado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Município de Rondon, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do "Projeto de Controle da Erosão na Cidade de Rondon". Parecer **favorável da C.C.J.** — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 18 de abril de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Município de RONDON com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a realização das desapropriações e permutas de imóveis previstas pelo "PROJETO DE CONTROLE DA EROSÃO NA CIDADE DE RONDON".

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer à Proposição nº 121/75

Acompanhado de Mensagem Governamental nº 30/75, de 01 de julho de 1975, é encaminhado à apreciação desta Casa, Termo de Convênio celebrado em 18 de abril de 1975, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Município de RONDON, com a interveniência do Estado do Paraná, através da Coordenação de Planejamento Estadual, objetivando a implantação do "PROJETO DE CONTROLE DA EROSÃO NA CIDADE DE RONDON".

Cumpra o Sr. Governador desta forma, determinação constitucional, uma vez que os convênios celebrados pelo Poder Executivo com a União ou com os Municípios, necessitam da aprovação desta Casa.

O próprio texto do tratado diz do interesse público da matéria, por isso nosso parecer é pela aprovação, nos termos do Projeto de Resolução anexo.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 22/75, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Batista Vieira", construído em convênio entre a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de Piraquara na localidade de Jarim Primavera. Pareceres **CONTRÁRIOS DA C.C.J. e C.F. e favorável da C.I.P.** — **Rejeitado.**

PROJETO DE LEI Nº 22/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

m D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar o GRUPO ESCOLAR "BATISTA VIEIRA", construído em convênio entre a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de PIRAQUARA, na localidade de "Jardim Primavera".

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1975.

a) LEOPOLDO JACOMEL

JUSTIFICATIVA:

O GRUPO ESCOLAR "BATISTA VIEIRA", construído no Jardim Primavera, em convênio com a FUNDEPAR-PREFEITURA, é composto de 5 (cinco) salas de aula, salas de Diretoria e Secretaria, cantina, sanitários, pátio coberto, etc., onde está sendo ministrado aulas para mais de quatrocentas (400) crianças de 1ª a 4ª série do 1º grau, na quase totalidade filhos de Egressos do Hospital Colonia São Roque e Egressos dos filhos de detentos da Colonia Penal Agrícola, por isso justifica-se plenamente a pretensão do presente, em face do que o Deputado signatário pede espera, o apoio dos nobres colegas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA Parecer ao Projeto de Lei nº 22/75

Através do presente Projeto de Lei, visa o nobre Deputado Leopoldo Jacomel, autorizar o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Batista Vieira", construído em convênio com a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de Piraquara, na localidade de Jardim Primavera.

Ao que pese as intenções da justificativa apresentada pelo autor do Projeto, no nosso entender o mesmo contraria as disposições constitucionais estabelecidas no Art. 35 da Carta Magna, que prevê serem de competência exclusiva do Poder Executivo, iniciativas de leis que criem, alterem ou aumentem a despesa pública. Ora, a estadualização de uma escola, virá acarretar ônus, já que todos os seus encargos financeiros passarão a total responsabilidade do Estado.

Tal medida, no nosso entender, poderá ser encaminhada através da sugestão de seu autor, a ser apresentada em plenário, ao Sr. Governador do Estado.

Isto exposto, nosso parecer é **CONTRÁRIO** ao Projeto, e, consequentemente, opinamos pela sua **REJEIÇÃO**.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

WALDENÍCIO BARBALHO — Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA Parecer ao Projeto de Lei nº 22/75

Objetiva o presente Plano de lei, autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Grupo Escolar "Batista Vieira", construído em convênio entre a FUNDEPAR e a Prefeitura Municipal de Piraquara, na localidade de Jardim Primavera.

Embora se trate de matéria vedada pelo art. 35 da Constituição Estadual, de vez que importa em aumento da despesa pública, competência privativa do Chefe do Poder Executivo, ao nosso entendimento, afigura-se-nos uma iniciativa das mais justas e oportunas, que nos leva a acreditar deva merecer a acolhida dos nobres pares, tanto mais que constitui esta medida, projeto meramente autorizatório.

Assim, dada a sua alta relevância, não seria de bom alvitre rejeitá-la.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24 de setembro de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI — Presidente
WERNER WANDERER — Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

Parecer ao Projeto de Lei nº 22/75

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Leopoldo Jacomel, visa autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Grupo Escolar "Batista Vera", construído em convênio entre a Fundepar e a Prefeitura Municipal de Piraquara, na localidade de Jardim Primavera.

Embora as intenções do autor do Projeto e a justificativa apresentada seja das mais louváveis e meritórias, no nosso entender, face aos Art. 25 e 35 da Constituição Estadual, tal iniciativa deveria ser apresentada em forma de sugestão, já que a transferência de um Grupo Escolar para a responsabilidade do Estado, irá acarretar o comprometimento do orçamento, e segundo o citado artigo constitucional, projetos que alterem ou comprometam o orçamento estadual, são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Isto exposto, o nosso parecer é CONTRÁRIO, e, por conseguinte, opinamos pela rejeição do Projeto nº 22/75.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 05 de agosto de 1975.

aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 48/75, de autoria do Deputado Aguinaldo Pereira Lima, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense dos Hemofílicos, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J. — **aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 48/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS HEMOFÍLICOS, com sede nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

a) AGUINALDO PEREIRA LIMA

JSUTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Hemofílicos é uma entidade que tem por principal objetivo a orientação médica e a assistência educativa e social aos hemofílicos e suas famílias, além de proporcionar a formação de técnicos especializados no incentivo à pesquisa no campo da hemofilia. É uma sociedade civil, de caráter puramente filantrópico e sem fins lucrativos. De acordo com a legislação vigente, está perfeitamente enquadrada dentro

dos requisitos exigidos para que o Poder Público a reconheça de Utilidade Pública. Isto exposto, temos a certeza de que o presente Projeto de Lei merecerá o apoio e a total aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 40/75

Trata o presente Projeto de Lei, de autoria do eminente Deputado AGUINALDO PEREIRA Lima, de declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DOS HEMOFÍLICOS.

A iniciativa está proposta na conformidade da Lei, atendendo as regras que regem a matéria.

A entidade se enquadra nas normas exigidas para lograr o objetivo da proposição.

Sendo assim, somos pela normal tramitação e final aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01 de setembro de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente
ENÉAS FARIA — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 74/75, de autoria do Deputado Fuad Nacli, que denomina "JOÃO LUNARDELLI", o trecho da estrada de Rodagem PR-71, que liga Rolândia a Porecatu. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 74/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Passa a denominar-se "JOÃO LUNARDELLI", o trecho da estrada de Rodagem PR-71, que liga os municípios de Rolândia a Porecatu.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 1975.

a) FUAD NACLI

JSUTIFICATIVA:

João Lunardelli, recentemente falecido, foi um dos grandes pioneiros que o Paraná já possuiu. Nascido no vizinho Estado de São Paulo, na localidade de Sertãozinho, em 23 de julho de 1908 veio ao Paraná, em companhia de seu pai e irmão, em 1941, onde empreendeu o desbravamento da rica região do norte do Paraná.

Com seu espírito pioneiro e desbravador, João Lunardelli conseguiu transformar vasta região do norte do Estado, em um centro econômico e industrial dos mais importantes do País.

Fundador da cidade de Porecatu e de inúmeras outras, foi efetivamente o maior desbravador daquela vasta região do norte do nosso Estado.

Dentro desta justificativa, é que apresentamos o presente Plano de Lei, que visa prestar uma justa homenagem a um ilustre Brasileiro que muito deu de si para o engrandecimento de nosso Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 74/75

De autoria do nobre Deputado Fuad Nacli, objetiva o presente Projeto de Lei denominar "JOÃO LUNARDELLI", o trecho da estrada de rodagem PR-71, que liga os Municípios de Rolândia a Porecatu.

Efetivamente, João Lunardelli, que se pretende homenagear com este Plano de Lei, empreendeu o desbravamento e implantou desenvolvimento e progresso em vasta região do norte do Paraná.

A cidade de Porecatu, que foi fundada por ele, é hoje um núcleo industrial e comercial de grande expressão. Outras cidades também foram fundadas por aquele grande pioneiro à região norte do nosso Estado.

Por estes motivos, é justo e oportuno que se homenageie com a aprovação deste Projeto de Lei, a João Lunardelli, pelo seu espírito pioneiro e desbravador, e que muito deu de si pelo desenvolvimento e prosperidade do norte paranaense.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, como também à conveniência da matéria, nada há que possa oferecer obstáculo à sua tramitação normal por esta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

aa) ACCIOLY NETO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Noé de Faria Néia, ilustre cidadão do município de Ribeirão Claro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao DER, no sentido de serem feitos urgentes reparos na ponte sobre o Rio Oguazi, que liga a cidade de Balsa Nova ao Município de Lapa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, IPE, para que necessárias providências sejam tomadas no sentido de determinar aos médicos, credenciados em cidade do interior, a prestação de serviços sem a cobrança de importância complementares, o que vem ocorrendo em algumas cidades do norte do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando o encaminhamento de expediente ao Sr. Presidente da República, conferindo voto de louvor pela sanção de projeto de lei, criando a 9ª Região da Justiça do Trabalho e o Tribunal do Trabalho, respectivo, com sede em Curitiba e com jurisdição sobre os Estados do Paraná e Santa Catarina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao "Jornal dos Bairros de Curitiba", pela sua independência e lisura de informações ao público dos bairros e da área metropolitana. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr.

Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de ser construído prédio para delegacia e cadeia pública em Santa Helena. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura, no sentido de construção de salas de aula e demais dependências necessárias na sede do município de Santa Helena, e também construção de salas de aula e dependências necessárias no distrito de São Clemente. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando a constituição de uma Comissão Especial, composta de cinco membros, para organizar e coordenar a realização do 11º Simpósio Nacional do Soja, a ser realizado no segundo semestre de 1976, promovido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná — **Aprovado. Na próxima sessão será designado pela Mesa os Srs. Deputados que comporão a referida Comissão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Walter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando envio de pedido de informações à Secretaria de Educação e Cultura do Estado. — **Aprovado.**

A mesa comunica mais uma vez aos Srs. Deputados, que na sessão de amanhã não haverá Grande Expediente, uma vez que estarão presentes às 15:30 horas, nesta Casa os Exmos. Srs. Secretários da Fazenda e do Planejamento, para darem esclarecimentos sobre o Programa Orçamentário de 1976.

A Mesa registra com satisfação, as presenças neste plenário dos Srs. Prefeitos de Cruzeiro do Oeste e Jardim Alegre.

Nada mais havendo a tartar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, à hora regimetal, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 54, 55/75 e de Lei n.º 257/71;

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 56 e 57/75, e de Lei n.ºs 48/75, 74/75;

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 58/75 e dos Projetos de Lei n.ºs 213/72 e 75/75.

Fica marcada ainda, uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 26, às 10:00 hrs., com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.ºs 06/75, 37/75, 44/75, e dos de Lei n.ºs 119/74, 04/75, 59/75, 64/75, 93/75 e 98/75.

Levanta-se a Sessão.